ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2025.

PRESIDENTE: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO
1º SECRETÁRIO: VEREADOR KIKI BISPO (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR RODRIGO AMARAL (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DAVID RIOS, DUDA SANCHES, ELIETE PARAGUASSU, FÁBIO SOUZA, FELIPE SANTANA, GEORGE REIS, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, ISABELA SOUSA, JOÃO CLÁUDIO BACELAR, JORGE ARAÚJO, JULIO SANTOS, KEL TORRES, KÊNIO REZENDE, KIKI BISPO, MARCELLE MORAES, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, ROBERTA CAIRES, RODRIGO AMARAL, SANDRO FILHO, SIDNINHO e SÍLVIO HUMBERTO, estando licenciado o vereador TEO SENNA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 151/25 do vereador Duda Sanches, 152 e 153/25 do vereador Randerson Leal, 154/25 do vereador Felipe Santana e 155/25 do vereador Marcelo Guimarães Neto; Projetos de Indicação n.s 205/25 do vereador Kênio Rezende, 206/25 do vereador Hélio Ferreira, 207/25 do vereador Júlio Santos e 208/25 do vereador Anderson Ninho; Projeto de Resolução n. 44/25 do vereador Kel Torres; Moção n. 82/25 do vereador Felipe Santana; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do

Expediente, na **Tribuna Popular**, o senhor Gabriel Machado, da Comissão de Aprovados(as) do Concurso da Saúde do Município, expôs sobre o atraso na divulgação do resultado final do Concurso, após todo o empenho seu e dos demais candidatos. Contou que os candidatos haviam percorrido os caminhos institucionais para obter esse resultado e criticou a falta de transparência da Prefeitura. Relatou que a Prefeitura atribuía esse atraso a uma investigação em andamento, enquanto o Ministério Público (MP) afirmava que tal investigação não era óbice ao resultado do Concurso. Mencionou questão relativa a documentos que também se colocava como obstáculo. Pontuou que não estavam pedindo um favor, mas, pleiteando o que era um direito. Pediu reunião com o titular da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), Alexandre Tinoco, e outro representante da Prefeitura. Lembrou o óbito de uma paciente não-atendida na rede municipal e ponderou que, talvez, ela pudesse ter sido salva se houvesse mais profissionais atuando. Dando continuidade à Tribuna Popular, a senhora Ticiana Barbosa, das Mães Unidas, discorreu sobre problemas educacionais relativos a crianças atípicas. Expôs que a falta de profissionais na rede municipal deixava as crianças sem atividades e que mais de 150 famílias estavam nessa situação. Ainda pela mesma representação, a senhora Miwky contou ter formulado um projeto para subsidiar o Projeto de Indicação n. 204/25, apresentado pelo vereador Hamilton Assis e para o qual pediu apoio. Pediu regulamentação para que os profissionais necessários tivessem a carreira estruturada através de cargos efetivos e não, dos vínculos precários atualmente existentes. Explicou que o tipo de ligação estabelecida com as crianças exigia essa estruturação na carreira. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Hamilton Assis destacou os problemas na Educação municipal e disse que os mais diversos interesses orientavam a colocação de profissionais no atendimento às crianças especiais, as quais se sujeitavam a pessoas despreparadas. Observou a ausência de profissionais de Apoio à Inclusão Escolar (APIs) para atuar junto a essas crianças. Criticou medida da Prefeitura que superlotava salas-de-aula, com prejuízo a professores e

alunos. Sobre o Concurso para a Saúde, afirmou que a Atenção Básica não funcionava e que a Saúde era ocupada por funcionários em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). A vereadora Aladilce Souza parabenizou as Mães Unidas, colocando-se à sua disposição. Apontou a falta de APIs e, também, de psicólogos e outros profissionais para atender essas crianças. Comentou sobre as reivindicações dos professores em iminência de greve. Contou ter recebido, do MP, documento confirmando não haver óbice à homologação do Concurso para a Saúde e à convocação dos candidatos. Alertou sobre os 500 cargos em REDA que estavam prestes a se encerrar. O vereador Sílvio Humberto sublinhou que as crianças atípicas demandavam uma educação especial, mas vinham sendo atendidas por pessoas não-habilitadas a tanto. Defendeu concurso específico para essa atividade, com a devida formação para os profissionais. Também defendeu o pleito dos concursados da Saúde e criticou o abuso do REDA. A vereadora Marta Rodrigues declarou apoio aos oradores da Tribuna Popular e exigiu atendimento digno para as crianças atípicas. Contou ter estado na Defensoria Pública tratando dessa questão e destacou o prejuízo vivido pelas crianças. Pediu o apoio do senhor presidente, Cláudio Tinoco, sobre essa situação. Com relação ao Concurso da Saúde, contou ter enviado Ofício à Prefeitura indagando sobre o seu andamento. O vereador Cezar Leite discorreu sobre o adequado tratamento às crianças especiais e disse que havia problemas no atendimento, o que demandava ajustes. Afirmou que havia boa-vontade do prefeito sobre essa demanda e informou que levaria à Prefeitura os encaminhamentos necessários. O senhor presidente registrou a presença do vereador de Itapetinga Anderson da Nova, a quem convidou a compor a Mesa. A vereadora Eliete Paraguassu informou audiência pública com a mães atípicas do Subúrbio no dia 9. Convidou para a audiência as mães atípicas da Tribuna e discorreu sobre o tratamento especial necessário aos seus filhos. O senhor presidente declarou solidariedade quanto às duas questões trazidas à Tribuna Popular. Expôs que havia suspeita de fraude no Concurso da Saúde, o que ensejara um inquérito policial ainda em curso, cujo resultado

esperava que viesse logo, para que o Concurso prosseguisse. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Anderson Ninho (29 de abril) e Teo Senna (5 a 15 de maio). No **Pinga-Fogo,** a vereadora Aladilce Souza destacou que o Concurso da Saúde fora muito esperado. Reiterou a posição oficial do MP quanto a inexistir óbice ao andamento do Concurso e apelou ao prefeito para que lhe desse seguimento. Apontou o mau funcionamento do atendimento na Saúde pela defasagem de pessoal e por outros problemas, como o não-pagamento de salários. Em comunicação inadiável, o vereador Kiki Bispo disse que a SEMGE não poderia agir desconsiderando o inquérito sobre o Concurso. A vereadora Debora Santana criticou fala do governador Jerônimo Rodrigues que atacava eleitores do ex-Presidente Bolsonaro. Apontou incitação ao ódio, considerando essa fala inadmissível para um governador do Estado e destoante do espírito democrático. Defendeu o respeito institucional e relacionou tal atitude à gestão do governador. A vereadora Marta Rodrigues reportou a explicação do governador de que sua fala fora descontextualizada. Afirmou que o debate necessário era sobre *deficit* financeiro na Prefeitura, o qual detalhou, dizendo que aguardava informações já pedidas à Prefeitura. Contou que já acompanhava a situação das finanças e afirmou que o montante do *deficit* seria maior do que o apurado. A vereadora Marcelle Moraes relatou abandono de animal na Praia do Flamengo. Informou Proposição para que os que abandonavam animais colocando-os para fora de seus veículos perdessem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Expressou afeto ao vereador de Itapetinga, estimando que construiriam políticas sobre os animais. Pediu que se concedesse um breve tempo de fala a esse vereador, o que foi consentido por todos. O vereador de Itapetinga, Anderson da Nova, afirmou a importância do intercâmbio entre edis e destacou o bem das pessoas e dos animais como meta no Estado. A vereadora Cris Correia associou-se à vereadora Debora Santana. Esclareceu que não o fazia para defender um ex-Presidente, mas, por repudiar a agressiva fala do governador. Refutou a ideia de descontextualização, sublinhando a clareza dessa fala e o seu teor antidemocrático. Lembrou a reação

contrária da Oposição a uma fala hostil ao Presidente Lula. Disse que, como estadista, o governador deveria cumprir o seu papel, ciente da responsabilidade que tinha sobre o que dizia. Apontou incoerência em defender a democracia e declarar que opositores deveriam ser jogados numa vala. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança da Oposição, o vereador Sílvio Humberto declarou conhecer o governador Jerônimo Rodrigues como colega na Universidade e asseverou que ele defendia a democracia de modo autêntico. Considerou que a violência permeava o debate político, o qual deveria ser "desarmado" em nome da capacidade de se ouvir o divergente. Afirmou que esse problema viera com o advento de um grupo político que promovia discursos de ódio. Defendeu que se olhasse para a frente, atentando às questões que atingiam o País, o que situou no papel da política. Pela Liderança do Governo, o vereador Alexandre Aleluia anunciou Moção de Repúdio, sua e do vereador Cezar Leite, à fala do governador. Reproduziu as palavras por ele usadas, afirmando que a ideia de jogar opositores em valas, como dito por ele, remetia às práticas de ditadores genocidas como Stalin, Hitler e Pol Pot. Pela mesma representação, o vereador André Fraga comentou sobre um homem ferido em assalto muma ciclovia na Paralela, a qual era administrada pela empresa CCR. Destacou a violência que crescia e apelou à Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado que tomasse providências sobre a ciclovia. O vereador Cezar Leite leu as palavras do governador do Estado, relacionando-as ao discurso de narcotraficantes. Disse que o governador agia de uma forma polida diante das câmeras, mas se expressava de outro modo em situações diversas. Exigiu que ele respeitasse seus opositores e citou o Código Penal quanto à incitação ao ódio e a posturas antidemocráticas. Pediu que o governador viesse à CMS para reiterar, pessoalmente, as palavras ditas. Em comunicação inadiável, o vereador Kiki Bispo contou ter estado no evento de criação da federação partidária entre o União Brasil e o PP, a qual passava a ter 12 edis na Casa. Mencionou a fraude no INSS. Em comunicação inadiável, o vereador Hamilton Assis informou assembleia de professores, com alunos e pais

de alunos, no dia seguinte, às 9h. Disse que a oferta do prefeito nem se aproximava da demanda da categoria. Em comunicação inadiável, o vereador Anderson Ninho destacou sero Dia do Lider Comunitário, lembrando que seu mandato derivara dessa atividade e saudando os líderes da Cidade. Foi secundado pelo senhor presidente. A vereadora Aladilce Souza discorreu sobre fraude no âmbito da coleta de lixo. Esclareceu que não responsabilizava, quanto a isso, o prefeito Bruno Reis, mas que buscava fiscalizar e apurar questões como a falta de um montante milionário para a Educação municipal e a cara reforma no imóvel de um empresário do setor da limpeza. Defendeu Comissão Especial de Inquérito (CEI) sobre a questão. Assumiu a Presidência o vereador Kiki Bispo. O vereador Cláudio Tinoco disse que a Oposição distorcia fatos. Declarou que a Operação *Overclean* era uma investigação em âmbito federal, enquanto a fraude no INSS era um fato criminoso evidente, envolvendo um montante equivalente a metade do Orçamento de Salvador. Descreveu o *modus operandi* dos fraudadores, que lesavam pessoas idosas. Observou que o ministro da Previdência e um sindicalista irmão do Presidente Lula tinham proximidade pessoal com os que promoveram a fraude. Sobre a fala do governador do Estado, declarou-se representado pelos discursos dos vereadores Alexandre Aleluia e Cezar Leite. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Kiki Bispo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO